

GRAMSCI, FREIRE E A UNIDADE TEORIA E PRÁTICA: O PAPEL DOS(AS) INTELLECTUAIS NA FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE DOS(AS) TRABALHADORES(AS)

OLIVEIRA, Thiago Chagas – UFC – thiagochagas@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar uma reflexão em torno do papel que os(as) intelectuais assumem na formação da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as). Para tanto, elegemos como referência teórica os trabalhos de Antonio Gramsci e Paulo Freire. O interesse pelo tema surgiu a partir da leitura das principais obras dos dois autores. Após incursão inicial sobre seus escritos, percebemos a importância com que alguns temas despontam em suas propostas, em especial o papel que os(as) intelectuais assumem na formação da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as). O artigo sustenta a tese de que a conjunção de suas idéias trazem contribuições fecundas para re-pensar a problemática da formação da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) hoje. Apresenta, por isso, uma re-leitura marxista (gramsciana) de Paulo Freire, sobretudo de sua *Pedagogia do Oprimido*.

Palavras-chave: Intelectuais – Consciência de Classe – Pedagogia – Antonio Gramsci – Paulo Freire

No que diz respeito à luta dos(as) trabalhadores(as) contra a lógica do capital, as idéias de Antonio Gramsci e Paulo Freire se particularizam num ponto absolutamente importante, a saber: a importância que o protagonismo humano exerce no processo de transformação da sociedade. Em suas propostas, há uma recusa explícita às visões fatalistas, deterministas e mecanicistas, relativamente à constituição de uma sociabilidade que, por via revolucionária, supere a exploração do homem pelo homem, assim como o desrespeito à dignidade humana. A forma como equacionam o papel dos intelectuais na formação da consciência de classe¹ dos trabalhadores deixa isso claro.

¹ A partir da posição que os indivíduos ocupam dentro do processo de produção e reprodução da vida material, a expressão *consciência de classe* pode ser definida como um grau de consciência determinada pela pertença a uma classe social. Marx e Engels demonstraram que a formação da consciência de classe dos trabalhadores está relacionada ao surgimento e ao desenvolvimento de suas lutas contra os capitalistas. Lênin, por sua vez, sustentava que a consciência de classe entre os trabalhadores só poderia vir de fora, ou seja, a partir da atuação de intelectuais que, por terem um grau cultural elevado e por estarem distantes da produção, teriam condições de compreender o mecanismo de funcionamento da sociedade burguesa e suas relações de classe em sua totalidade: “Só se pode dotar o operário de consciência de classe desde fora, quer dizer, de fora da luta econômica, de fora das relações entre operários e patrões”(LENIN apud DEL ROIO, 2005, p.181). Nessa perspectiva, o instrumento adequado para forjar a consciência de classe dos trabalhadores seria o partido revolucionário, que seria formado pelos revolucionários profissionais. Contrapondo-se a Lênin, Rosa Luxemburg

Expressão eloqüente da tradição marxista, Antonio Gramsci ocupou-se ao longo de sua vida da análise das relações entre as condições objetivas do modo de produção capitalista e a organização cultural que movimenta o mundo ideológico, objetivando apreender as determinações histórico-sociais a serem consideradas na preparação da revolução proletária. Suas idéias são particularmente importantes para a Pedagogia porque em seu pensamento a Política assume uma validade pedagógica, isto é, uma vez que a formação da consciência de classe pressupõe a elevação intelectual e cultural das massas trabalhadoras, a questão educativa emerge como problema fulcral em sua estratégia revolucionária.

As reflexões de Gramsci sobre os intelectuais iniciam-se no começo do século XX, na Itália. Fortemente influenciado pelas conquistas iniciais da Revolução de 1917, ele atribuirá um papel fundamental à ação intencional e organizada do proletariado na construção do socialismo. Opondo-se a certa interpretação positivista e economicista do pensamento de Marx, acentuará o papel da subjetividade no desenvolvimento histórico. No polêmico² artigo “*A Revolução contra O Capital*”, afirmará:

A pregação socialista criou a vontade social do povo russo. Por que deveria ele esperar que a história da Inglaterra se repetisse na Rússia, que na Rússia se formasse uma burguesia, que a luta de classes fosse criada para que nascesse a consciência de classe e, finalmente, a catástrofe do mundo capitalista? (GRAMSCI, 2004c, p.158).

Esse artigo foi publicado no jornal do Partido Socialista Italiano (*Avanti!*) em dezembro de 1917; um momento marcado, como Gramsci reconhecerá mais tarde, por uma visão fortemente idealista e voluntarista. Ainda assim, essa fase é importante porque demonstra, ainda que de forma geral, as preocupações do autor com relação ao

ênfaticamente a luta dos trabalhadores contra os capitalistas como momento profícuo na formação da consciência de classe (FETSCHER in BOTTOMORE, 2001, p.76). Dizemos que, além do reconhecimento por parte dos trabalhadores de sua posição no processo produtivo, Gramsci define consciência de classe como “a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”, o que significa “a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’.” (1975, p.1244).

² O polêmico título decorre do fato de que, na Rússia, paradoxalmente, *O Capital*, de Marx, era muito mais o livro dos burgueses do que dos proletários, pois sua utilização era invocada para demonstrar que a Revolução propugnada pelos bolcheviques não era possível. Para os reformistas russos (mencheviques), os problemas advindos da queda do czarismo deveriam ser resolvidos pela burguesia, pois esta criaria as condições de desenvolvimento das forças produtivas, de modo a tornar possível, no futuro, a sociedade socialista. Nessa perspectiva, a revolução deveria ser adiada em nome de uma evolução histórica prevista pelas “leis científicas” que apontavam inexoravelmente para o socialismo.

protagonismo proletário no processo de organização e “homogeneização” ideológica da classe trabalhadora.

A ênfase de Gramsci na importância de criação de uma vontade racional não arbitrária, como elemento fundamental à ação revolucionária, não significa, todavia, anulação da relação dialética entre estrutura (forças produtivas) e superestrutura (a política, a cultura etc.), mas demonstração de que o trabalho tenaz e cotidiano de formação política das massas assume papel importante naquilo que ele chamou, em *L'Ordine Nuovo*, de “preparação espiritual da revolução socialista”. Na análise gramsciana, o cuidado dos revolucionários no sentido de impedir a cristalização de uma concepção e de uma ação que se reduzisse à resolução dos problemas mais imediatos (fase econômico-corporativo) levou à formação de grupos de intelectuais que trabalhavam com as massas no sentido de formá-las politicamente. Nos textos sobre a Revolução Russa, Gramsci caracteriza-os como motores do processo revolucionário. Mediante suas atividades, “a revolução não pára, não fecha o seu ciclo.” (2004a, p.104-105).

Outra referência importante sobre os intelectuais aparece no texto sobre a questão meridional (1926). Nesse artigo, Gramsci (2004) assinala a necessidade de adesão dos intelectuais ao programa revolucionário e à doutrina marxista. Nas suas palavras, “é importante e útil para o proletariado que um ou mais intelectuais adiram individualmente a seu programa e sua doutrina, confundam-se com o proletariado, tornem-se e se sintam partes integrantes dele” (p.434). No cárcere, ele desenvolverá esse tema de forma ampla e profunda. A problemática voltará de forma sistematizada nos cadernos 11 (*Introdução ao estudo da filosofia*), 12 (*Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*) e 13 (*Breves notas sobre a política de Maquiavel*). Mais adiante, retomaremos essa discussão.

Assim como Gramsci, Freire também foi marcado por um contexto estimulante. Seus escritos emergem num momento em que a luta de classes adquire força expressiva na América Latina. O surgimento dos movimentos revolucionários em nosso Continente, o triunfo e a consolidação da Revolução Cubana (1959-1961), a instalação do primeiro governo socialista na região (1962), bem como o avanço e a consolidação das forças populares de esquerda foram fundamentais para a elaboração de sua pedagogia do oprimido (TORRES, 1996: 119).

Em seus escritos iniciais, a questão sobre os intelectuais não aparece de forma específica. Merece atenção especial, entretanto, o quarto capítulo da *Pedagogia do*

Oprimido, onde Freire disserta sobre o papel das lideranças revolucionárias na organização e união dos oprimidos. Ainda com relação a essa fase inicial, num texto publicado no livro *Ação Cultural para a Liberdade*, ele analisa o papel do trabalhador social na transformação revolucionária da sociedade capitalista.

Suas experiências na África, a partir da segunda metade da década de 1970, assinalam o momento em que a influência de Gramsci é claramente percebida. Nessa época, Freire se apropria de algumas teses gramscianas como os “novos intelectuais” e o “partido como intelectual-coletivo” (SCOCUGLIA, 1999). A partir daí, Gramsci se tornará uma referência importante.

GRAMSCI, FREIRE E O VÍNCULO ORGÂNICO ENTRE OS INTELECTUAIS E AS MASSAS

A gênese da estratégia revolucionária de Gramsci está relacionada à configuração do capitalismo na Itália³. A configuração tardia do moderno Estado italiano, sobretudo por estruturar a luta de classe sob novas formas e determinações, leva Gramsci a acreditar que a revolução precisa ser fundada em bases sólidas e duradouras. Concebendo a revolução comunista como algo complexo e difícil, Gramsci não a identifica apenas como um ato insurrecional, que se decide com a tomada do poder político burguês. A revolução só é proletária e comunista quando consegue favorecer a (i) liberação de forças produtivas proletárias e comunistas elaboradas no seio da classe trabalhadora (conselhos de fábrica), de modo que (ii) a expansão e a sistematização dessas forças sejam capazes de iniciar o trabalho necessário para estabelecer nova ordem nas relações de produção e distribuição (GRAMSCI, 2004c). Isto exige experiências políticas de participação nos rumos da sociedade, o que pode ser entendido, no caso da revolução socialista, como participação direta e permanente das massas na gestão e efetivação do quefazer revolucionário.

Com o desenvolvimento e a complexidade da luta de classes, Gramsci defende a idéia de que as classes dominantes, para assegurarem o poder, não se utilizam apenas dos aparelhos coercitivos de Estado (forças armadas, polícia etc)⁴, mas, também, para

³ Alguns elementos caracterizam o nascimento do capitalismo na Itália, a saber: (i) unificação tardia do Estado italiano, (ii) ação de pequenas elites na condução política do país, (iii) desenvolvimento do capitalismo subordinado à ação estatal, (iv) corrupção, (v) forte influência ideológica da igreja católica.

⁴ Em Marx e Engels, o conceito de Estado está diretamente relacionado com o conjunto de aparelhos repressivos de que se serve a burguesia para fazer valer seus interesses. Longe,

garantir a difusão de suas idéias entre as classes subalternas, se servem do conjunto superestrutural da sociedade civil⁵. Em acordo com Marx, Gramsci considera que o domínio material e intelectual de uma classe sobre as demais sucede mediante o uso da força e/ou do consenso requeridos em cada situação histórica determinada em que se vê refletido, no plano superestrutural, o antagonismo entre as classes sociais.

Segundo Marx:

Não basta que haja, de um lado, condições de trabalho sob a forma de capital e, do outro, seres humanos que nada têm para vender além de sua força trabalho. *Tampouco basta forçá-los a se venderem livremente. Ao progredir a produção capitalista, desenvolve-se uma classe trabalhadora que, por educação, tradição e costume, aceita as exigências daquele modo de produção como leis naturais evidentes.* (Grifos nossos, 2003, p.851).

Nessa passagem, Marx destaca, como exigência à reprodução do capital, não apenas a renovação dos meios de trabalho, mas também a interiorização, mediante o desenvolvimento da educação burguesa (entendida em sentido amplo), dos valores e da moral necessária à reprodução social capitalista. Seguindo essa perspectiva de análise, Gramsci demonstra que a classe dominante não mantém o poder apenas mediante a coerção, mas, também, por intermédio do consentimento operado no interior das instituições da sociedade civil (escola, igrejas, partidos, sindicatos, meios de comunicação em massa, etc.), responsáveis pela difusão da concepção de mundo dominante, as quais, não obstante exercerem papel importante para a reprodução das relações sociais capitalistas, carregam possibilidades de vir a servir à luta revolucionária da classe operária.

Nos *Quaderni del Carcere*, como é bastante conhecido, Gramsci sustenta a idéia de que a dominação cultural é um dos fatores que permite as classes dominantes manterem e assegurarem o poder econômico e político, isto é, garantirem a sua

pois, de ser a materialização concreta dos interesses gerais da sociedade, o Estado existiria, efetivamente, para administrar os negócios da classe dominante; no caso da sociedade capitalista, os interesses da burguesia. Para isso, o Estado burguês precisa, além de mascarar o seu real papel, regular a luta de classes e assegurar o equilíbrio da ordem social (MARX & ENGELS, 1998). Gramsci, contudo, vivendo num contexto histórico diferente, amplia essa visão: "(...) por Estado, deve-se entender, além do aparelho governamental, o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil." (1975, p.801).

⁵ É impossível definir o conceito gramsciano de sociedade civil numa nota de rodapé. No momento, tomemos a afirmação de Gramsci segundo a qual "*Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil e esta deve ser radicalmente e concretamente transformada não somente na letra das leis e nos livros dos cientistas;(...*" (Grifos nossos, GRAMSCI, 1975, p.1253 – 1254). Nesta citação, observamos que o conceito de sociedade civil em Gramsci distingue-se do de Marx e Engels em *A Ideologia Alemã*, ao ser utilizado como uma esfera intermediária do Estado-coerção e a estrutura econômica; todavia, e isso é absolutamente fundamental, ele não é empregado de forma deslocada à atuação do Estado nem muito menos de suas determinações estruturais.

hegemonia. A partir do conceito de bloco histórico⁶, ele nos mostra que, organicamente vinculada ao desenvolvimento das condições materiais de produção, se desenvolve uma superestrutura “necessária” com a função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal. Seguindo essa perspectiva de análise, Gramsci chama a atenção para o papel que os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil (a escola, a igreja, os partidos, os sindicatos, os meios de comunicação etc) assumem no plano das idéias, mormente no que diz respeito à sedimentação das relações sociais do modo de produção capitalista.

Gramsci sustenta, todavia, que eles podem ser, em certa medida, importantes para a desarticulação dessas idéias, assim como podem contribuir para a elaborar uma concepção de mundo capaz de atender satisfatoriamente os interesses históricos do proletariado. Eis por que, organicamente vinculados ao projeto de superação da sociedade capitalista, os partidos, os sindicatos, as escolas e os organismos culturais proletários poderiam vir a desempenhar um papel importante na formação de uma hegemonia de novo tipo.

Nessa perspectiva, *a hegemonia proletária, que nasce e se desenvolve na fábrica a partir da luta dos trabalhadores em prol da formação de um novo ordenamento econômico-político*, emerge não só como meio de exercício de poder para assegurar a reprodução das relações sociais capitalistas, mas, também, como objetivo estratégico de uma classe que pretende fundar um novo bloco-histórico. Os intelectuais assumiriam nesse processo um papel fundamental, isto é, difundir e conservar a concepção do mundo que atende aos interesses das classes em luta. Segundo Gramsci, todo grupo social fundamental cria para si “uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no econômico, mas também no social e no político...” (2000:15).

Os intelectuais seriam responsáveis por operarem, no plano superestrutural, a vinculação orgânica entre a estrutura social (as forças produtivas e as relações sociais de produção) com a superestrutura ideológica e política. Essa relação não seria imediata e facilmente reconhecível, como ocorre entre as classes antagônicas no capitalismo, mas “‘mediatizada’”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das

⁶ A partir do conceito de “bloco histórico”, Gramsci (1975) chama a atenção para a relação entre estrutura e superestrutura, entre teoria e prática, entre forças materiais e ideologia. Mostra, fundamentalmente, que existe uma relação dialética entre essas duas dimensões e não, como supõe certa interpretação determinista do pensamento de Marx, uma relação mecânica e unilateral.

superestruturas do qual os intelectuais são precisamente os funcionários” (GRAMSCI, 2000: 20). Os intelectuais orgânicos à burguesia, por exemplo, seriam peças-chave das classes dominantes para o “exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (GRAMSCI, 2000:21).

Se as classes proprietárias elaboram e formam seus intelectuais, as classes proletárias devem fazer o mesmo. O grande responsável por essa formação seria o partido revolucionário (“moderno príncipe”). Segundo Gramsci, os partidos políticos desempenham uma função fundamental na elaboração e na difusão das concepções do mundo que atendem aos interesses das classes que representam. No caso do proletariado, o partido revolucionário não pode se furtar à tarefa de difundir a concepção do mundo que atende aos seus interesses, bem como à tarefa de formar os agentes responsáveis por sua organização. Nessa perspectiva, os intelectuais teriam a função de homogeneizar a classe e elevá-la ao seu papel de direção; sua função histórica de implementação da sociedade regulada (comunista). Isto deveria ser feito, de um lado, como crítica teórica ao senso comum: “a filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente)” (GRAMSCI, 2001: 101). E, por outro lado, como crítica prático-revolucionária à sociedade de classes.

Gramsci também sublinha a necessidade de vínculo orgânico entre os intelectuais e os simples. Um movimento revolucionário como o da filosofia da práxis deve garantir o contato direto dos intelectuais com os “simples”. Nas palavras de Gramsci, “encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos. Só através deste contato é que uma filosofia se torna ‘histórica’, depura-se dos elementos intelectualistas e se transforma em ‘vida’ ”(GRAMSCI, 2001: 100). O intelectual de novo tipo preconizado por Gramsci, portanto, não se caracterizaria simplesmente pelo acúmulo de conhecimentos, boa oratória e eloquência, mas, fundamentalmente, pela capacidade de organização, persuasão e visão política.

Se Gramsci nos ajuda a entender o papel dos intelectuais na formação de uma hegemonia de novo tipo, Freire, a partir da crítica à ação bancária dos líderes revolucionários, nos ajuda a compreender como isso poderia ser feito. Isto porque, para ele, “o papel do intelectual revolucionário não é o de depositar na classe trabalhadora, que também é intelectual, os conteúdos da teoria revolucionária, mas o de, aprendendo com ela, ensinar a ela” (2000: 68).

Gramsci se torna uma referência importante para Freire a partir da segunda metade da década de 1970. Foi pensando a forma como a alfabetização poderia contribuir para a luta revolucionária de Guiné-Bissau que ele se encontra com o pensamento do comunista sardo. Arriscaríamos dizer que a incorporação, feita por Freire, do pensamento gramsciano se dá não só teoricamente, mas, sobretudo, praticamente. No início dos anos 1980, já no Brasil, ele afirmará: “Para mim o caminho gramsciano é fascinante. É nessa perspectiva que me coloco. No fundo (...) tudo tem a ver com o papel do chamado **intelectual**, que Gramsci estuda tão bem e tão amplamente” (FREIRE, 2000:68). Em 1995, numa entrevista concedida à Neidson Rodrigues, ele reforçará essa opção: “o intelectual interfere, o intelectual não se omite” (p.6).

O entendimento adequado da questão do papel dos intelectuais em Freire exige a leitura de todo o seu *corpus* teórico, em especial, os escritos que vão da segunda metade da década de 1970 até meados da década de 1980. Considerando o espaço e os limites deste texto, destacaremos algumas referências que consideramos essenciais. Começamos, então, por sua obra clássica.

Na *Pedagogia do Oprimido*, Freire propõe uma ação educativa que desvele a realidade opressora em sua totalidade e contradições, levando homens e mulheres a se tornarem conscientes da exploração em que vivem, portanto, instigando-os(as) a lutarem pela transformação da sociedade em que estão inseridos. No quarto capítulo, assinala o papel que as lideranças revolucionárias assumem na organização das massas oprimidas a partir de duas formas de intervenção cultural⁷: a ação cultural antidialógica e a ação cultural dialógica⁸.

Grosso modo, Freire rechaça a idéia de que as massas devam ser simplesmente conquistadas aos ideais revolucionários. Os líderes não podem agir da mesma forma

⁷ O uso da expressão intervenção cultural extrapola seu sentido usual. A própria organização popular para a tomada de poder é considerada um processo cultural.

⁸ A teoria da ação cultural antidialógica é uma forma deliberada e sistematizada de ação ideológica que incide sobre a estrutura social a fim de conservá-la, ou seja, ela existe para garantir o *status-quo*. Suas características básicas são: (i) a necessidade da conquista, (ii) a divisão dos oprimidos, (iii) a manipulação exercida pelas elites no sentido de conformar as massas populares a seus objetivos e, finalmente, (iv) a invasão cultural. A teoria da ação cultural dialógica, por sua vez, é uma forma de ação que incide sobre a estrutura social a fim de garantir sua transformação revolucionária. Tendo como núcleo fundante o diálogo, isto é, o encontro dos seres humanos endereçados à reflexão e à transformação do mundo, suas características fundamentais são: (i) a co-laboração; (ii) a união, (iii) a organização e a (iv) síntese cultural. É a partir dessas duas formas de compreensão antitéticas acerca do trabalho educativo que podemos entender a relação das lideranças com as massas (FREIRE, 1987).

como os opressores agem. A conquista manipuladora é uma tática que serve à opressão, não à libertação. Numa perspectiva libertadora, a denúncia e o desvelamento da realidade opressora realizam-se de forma conjunta com os oprimidos. Estes não podem ser objetos da ação revolucionária. É, pois, na condição de sujeitos históricos que “se encontram para a transformação do mundo em co-laboração” (FREIRE, 1987:165).

Se manter os oprimidos divididos é uma condição indispensável à perpetuidade do poder opressor, na teoria da ação cultural dialógica, a liderança revolucionária “se obriga ao esforço incansável de união dos oprimidos entre si, deles com ela, para a libertação” (FREIRE, 1987:171). Central nesse processo de fragmentação e desarticulação dos oprimidos é o papel que assume a ideologia opressora. Se, para mantê-los divididos, é necessário *mitificar* o mundo, na ação cultural para a liberdade, é necessário “desideologizar”. Daí ser imprescindível que “conheçam o *porquê* e o *como* da sua “aderência” à realidade que lhes dá um conhecimento falso de si mesmos e dela” (FREIRE, 1987:172).

Essas idéias iniciais, basilares para o entendimento da problemática em foco, complementam-se com outros escritos, também iniciais. No livro *Ação cultural para a Liberdade*, Freire (2001) discute, dentre outros temas, o papel do trabalhador social no processo de mudança. Nesse texto, Freire deixa claro que a atuação dos trabalhadores sociais não é abstrata (faz parte de um contexto concreto, historicamente situado), nem muito menos neutra (serve para mudar ou preservar o *status quo*). A idéia central, não obstante, está em torno da coerência que deve existir entre a opção revolucionária assumida pelas lideranças e sua prática.

Essas proposições desenvolvem-se a partir das experiências de Freire na África, sobretudo em *Cartas à Guiné Bissau*. De fato, a luta revolucionária pela independência de Guiné-Bissau teve influência substancial no desenvolvimento do pensamento de Freire. A relação dos intelectuais com as massas emerge como um dos temas centrais da obra. Interessam-nos, sobretudo, duas categorias básicas desenvolvidas: (i) o novo intelectual e (ii) suicídio de classe. Expliquemos essas idéias. Começemos pela primeira.

Uma das preocupações básicas do líder Amílcar Cabral na reconstrução da Guiné-Bissau era o engajamento dos intelectuais no processo de “reafricanização” do País. Segundo Freire, além, obviamente, de uma transformação na infra-estrutura era necessária uma ação simultânea ao nível de ideologia. Os trabalhadores, em vez de serem adestrados para simplesmente produzir, deveriam entender o próprio processo de

trabalho. Esse novo contexto exigiria a formação de uma nova camada de intelectuais. Não mais aquele distante, frio e mecânico, mas de um novo tipo, isto é, aquele que se “forja na unidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual; entre prática e teoria”(FREIRE, 1978: 59).

Se, de um lado, caberia ao Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) a formação desses intelectuais, por outro, Freire, assim como Amílcar Cabral, acreditava na transformação/cooptação do intelectual pequeno-burguês, ou seja, no seu “suicídio de classe”. A prática alfabetizadora realizada por esses novos intelectuais, por exemplo, não se daria mediante uma repetição mecânica e alienante dos ta-te-ti-to-tu. A alfabetização de amplas camadas da população guineense aconteceria de forma orgânica à luta pela reconstrução do país. Suas características fundamentais marcavam-se pela: (i) centralidade da prática produtiva do país na organização curricular; (ii) capacitação dos alfabetizadores a partir da unidade teoria-prática, trabalho manual/ trabalho intelectual; (iii) formação da consciência política dos trabalhadores.

A atuação de Freire na África revela a influência de Gramsci no desenvolvimento de seu pensamento. Acreditamos, entretanto, que esta acontece de forma intensiva no período que vai do final da década de 1970 até o final da década de 1980. Nos escritos correspondentes a essa fase, ele relaciona o papel do professor ao conceito de intelectual orgânico, de Gramsci. Num texto de 1978, *A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro*, isto fica evidente. O alfabetizador é visto como aquele que não apenas deve executar bem a ação docente, mas, fundamentalmente, entender seu papel na sociedade (alfabetizador= especialista + político). O ideário socialista aparece de forma nítida: novas relações humanas a partir da superação das dicotomias entre trabalho intelectual e manual, teoria e prática.

A partir da publicação desse texto, as influências e as referências a Gramsci se tornarão freqüentes. Destacaremos, para terminar, o livro *Pedagogia: diálogo e conflito*. Nesse texto, Freire, juntamente com Sérgio Guimarães e Moacir Gadotti, discutem questões referentes ao papel da educação na edificação do socialismo.

Em seus depoimentos, ele parte do princípio gramsciano de unidade orgânica entre os intelectuais e as massas. Suas contribuições específicas, no entanto, residem no método de ação dos intelectuais. Retomando a discussão central da *Pedagogia do Oprimido*, ele denuncia a ação bancária dos intelectuais revolucionários: um educador

revolucionário não pode utilizar o mesmo método de ação que o um educador reacionário (conquista, divisão, manipulação e invasão cultural).

O papel do educador revolucionário (ou intelectual revolucionário) é analisado a partir da preocupação gramsciana em saber como fazer para que a classe trabalhadora apreenda o método dialético de interpretação e transformação do real. Embora a questão não seja desenvolvida plenamente, a solução proposta por Freire converge para dois pontos básicos: (i) a classe trabalhadora tem o direito de conhecer melhor o que já conhece assim como (ii) conhecer o que ainda não conhece. Segundo Freire, é necessário que a classe trabalhadora reveja ou reconheça aquilo que já conhece. Nessa perspectiva, a ação revolucionária tem como ponto de partida a percepção que os trabalhadores estão tendo do mundo. Não obstante, não se reduz a esse momento. Para além dos saberes socialmente construídos, é direito dos trabalhadores conhecerem aquilo que não conhecem; em outras palavras, participarem da produção do novo conhecimento. Este processo, por sua vez, vincula-se dialeticamente à participação na produção da vida material (produzir o que, para quem, contra quem e contra quê?).

A MODO DE CONCLUSÃO

Contemporaneamente, dizemos que a problemática acerca da formação da consciência de classe dos(as) trabalhadores(as) é uma questão candente; ou seja, em face das transformações ocorrentes no mundo do trabalho e que afetam a classe trabalhadora, não só a sua materialidade mas sua subjetividade, o trabalho pedagógico de elevação intelectual e cultural, de cunho revolucionário, se torna uma necessidade absoluta, ao mesmo tempo em que as condições para tal em absoluto são favoráveis. De fato, num momento em que o capital, em decorrência de sua crise estrutural⁹, eleva suas

⁹ Essa crise, de modo geral, é resultado de uma série de fatores: (i) a queda da taxa de lucro; (ii) o esgotamento padrão de acumulação taylorista/ fordista; (iii) a hipertrofia da esfera financeira em detrimento da esfera produtiva; (iv) a maior concentração de capitais (fusão entre empresas monopolistas e oligopolistas); (v) a crise do “Estado do bem-estar social” e, finalmente, (vi) incremento acentuado das privatizações (ANTUNES, 2003, p. 29-30) No âmbito político, o capital busca no neoliberalismo um forte aliado para tentar superá-la. Seu fracasso, todavia, se expressa na proliferação crescente dos inúmeros problemas sociais na América Latina (aumento da miséria, violência, condições de vida etc). Já no âmbito econômico, a resposta deu-se a partir da reestruturação econômica desde a “ocidentalização” do toyotismo ou modelo japonês. A conjunção dessas mudanças provocou profundas transformações no mundo do trabalho, a saber: (i) reestruturação capitalista, (ii) descentralização do processo produtivo; (iii) novas formas da gestão; (iv) surgimento de novas tecnologias. Neste cenário, a educação é vista com um campo estratégico para o capital, seja pela necessidade uma força de trabalho que seja flexível e adaptável a essas mudanças seja pela possibilidade dela vir a

contradições à enésima potência (índices crescentes de desemprego estrutural, intensificação da exploração da força de trabalho, degradação ampliada do meio ambiente, aumento crescente de fatos que atestam contra o respeito à dignidade humana), Gramsci e Paulo Freire são bem-vindos. Faz-se necessário lembrar, todavia, que suas análises acerca das determinações fundamentais do real não podem ser utilizadas de forma idealizada, nem muito menos deslocadas de um movimento real de crítica e transformação radical do capitalismo. Fazer essa disjunção é aniquilar a importância de suas idéias para a compreensão da realidade contemporânea.

Outrossim, suas reflexões sobre educação não podem ser compreendidas se dissociadas de seu projetos de transformação radical da sociedade capitalista nem muito menos do papel que o partido, como organização revolucionária da classe trabalhadora capaz de potencializar sua luta, assume na superação da propriedade privada e do trabalho assalariado. Fazer isto significa anular a substancialidade e a riqueza de suas contribuições pedagógicas.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. Campinas: Cortez, 2003.

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista.** Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

DEL ROIO, Marcos. **Os prismas de Gramsci:** a fórmula política da frente única (1919 – 1926). São Paulo: Xamã, 2005.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro ? **Educação & Sociedade**, nº 1, São Paulo: Cortez, 1978.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em processo.** 4^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Crítico, radical e otimista (entrevista).** Presença Pedagógica , nº 1, Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1995. P.5-12.

ser um negócio lucrativo. De fato, estamos presenciando aquilo que Gramsci conceitua como a emergência de um novo “bloco-histórico”, neste caso, conservador e reacionário (o poder político passa a ser pensado em função do poder econômico, mormente no que diz respeito às imposições do capital para tentar superar sua crise estrutural).

FREIRE, Paulo, GADOTTI, Moacir, GUIMARÃES, Sérgio. 5ª ed. **Pedagogia: diálogo e conflito**. São Paulo: Cortez, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Torino: Nuova Universale Einaudi, 1975 (Edizione critica dell'Istituto Gramsci di Valentino Gerratana)

_____. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do cárcere, volume 2**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Escritos Políticos, vol 1**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política (livro I – Tomo I)**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 22 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **O capital: crítica da economia política (livro I – Tomo II)**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 19ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Thiago Chagas. **Ação Cultural como Prática da Liberdade: Paulo Freire e Antonio Gramsci no Centro do Debate**. JÓFILI, Zélia. **Paulo Freire dialogando com Gramsci, Agambem, Habermas e Rousseau**. Recife: Editora Bagaço, 2006.

_____. **O papel dos Intelectuais na Organização da Classe Trabalhadora: as visões de Paulo Freire e Antonio Gramsci**. OLINDA, Ercília; FIGUEIREDO, João Batista (orgs.). **Formação humana e dialogicidade em Paulo Freire**. Fortaleza: Editora UFC, 2006

TORRES, Carlos Alberto. **A voz do biógrafo latino-americano: Uma biografia intelectual**. In: GADOTTI, Moacir (org.). **Paulo Freire: uma bibliografia**. São Paulo: Cortez, 1996.